

Demonstrações Financeiras

Verde Ambiental Alagoas S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balanço patrimonial.....	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente.....	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Verde Ambiental Alagoas S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Verde Ambiental Alagoas S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Verde Ambiental Alagoas S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Infraestrutura da concessão

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia mantinha registrado saldos de ativos intangíveis de concessão e ativos de contrato, divulgados nas notas explicativas 09 e 10, que, em conjunto, representam a infraestrutura da concessão e são reconhecidos com base nos investimentos realizados na construção ou melhoria da infraestrutura. Os ativos intangíveis de concessão são recebidos através da cobrança aos usuários dos serviços prestados via tarifa. A mensuração da infraestrutura de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, e é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão. Os ativos de contrato referem-se aos ativos intangíveis de concessão ainda em construção que são transferidos para a rubrica ativo intangível quando entram em operação.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista as especificidades atreladas ao processo de capitalização de gastos com infraestrutura e à mensuração da infraestrutura de concessão, assim como a relevância dos valores envolvidos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 incluíram, dentre outros: (i) Obtenção do entendimento do processo e relativos à capitalização de gastos com infraestrutura e mensuração dos ativos relacionados à infraestrutura da concessão; (ii) Testes documental dos gastos incorridos durante o exercício de 2023 com obras em andamento relacionados à construção da infraestrutura de concessão, avaliando a ocorrência, a natureza dos gastos e a correta classificação entre custo capitalizável ou despesas de manutenção; (iii) Teste sobre os custos capitalizados do ativo intangível, quando ocorre o aumento da capacidade e melhoria da rede; e (iv) Recálculo das amortizações reconhecidas no exercício de 2023 e comparação do resultado desses recálculos com os saldos registrados na contabilidade.

Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, identificamos ajuste de auditoria no que se refere a amortização do ativo intangível, o qual não foi realizado pela Companhia em decorrência da sua imaterialidade, individual e agregada sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público

Rio de Janeiro, 31 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink that reads 'Ricardo Gomes Leite'.

Ricardo Gomes Leite
Contador CRC RJ-107146/O

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	117.239	23.135
Contas a receber	5	17.415	8.218
Estoques	6	3.511	2.760
Despesas antecipadas	7	1.089	351
Outros ativos circulantes		2.990	1.076
Total do ativo circulante		142.244	35.540
Não circulante			
Tributos diferidos	19	9.778	8.252
Imobilizado	8	9.871	9.646
Ativo de contrato	10	8.234	-
Intangível	9	550.484	444.685
Direito de uso	13	5.746	5.209
Total do ativo não circulante		584.113	467.792
Total do ativo		726.357	503.332
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	7.478	3.372
Empréstimos	12	230.748	210.807
Debêntures	12	447.019	-
Passivo de arrendamento	13	3.958	2.332
Outras contas a pagar		4.640	4.766
Total do passivo circulante		693.843	221.277
Não circulante			
Passivo de arrendamento	13	1.912	2.877
Debêntures		-	253.455
Total do passivo não circulante		1.912	256.332
Patrimônio líquido	14		
Capital social		55.000	50.000
Prejuízos acumulados		(24.398)	(24.277)
Total do patrimônio líquido		30.602	25.723
Total do passivo e patrimônio líquido		726.357	503.332

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Demonstração do resultado
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	15	69.983	12.802
Receita de construção	15	6.323	-
Custo de serviço prestado	16	(62.674)	(11.312)
Custo de construção	16	(6.323)	-
Lucro bruto		7.309	1.490
Despesas operacionais	17		
Despesas gerais e administrativas		(12.093)	(9.341)
Serviços de terceiros		(2.235)	(2.779)
Perdas estimadas com liquidação duvidosa		(3.753)	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(10.772)	(10.630)
Resultado financeiro líquido	18	9.125	(21.899)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.647)	(32.529)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	1.526	8.252
Prejuízo do exercício		(121)	(24.277)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Demonstração do resultado abrangente
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Prejuízo do exercício	(121)	(24.277)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(121)</u>	<u>(24.277)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 14 de janeiro de 2022 (Constituição)	14	1	-	1
Integralização de capital		49.999	-	49.999
Prejuízo do período		-	(24.277)	(24.277)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	14	50.000	(24.277)	25.723
Integralização de capital		5.000	-	5.000
Prejuízo do exercício		-	(121)	(121)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	14	55.000	(24.398)	30.602

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.647)	(32.529)
Ajustes para conciliar o resultado do exercício:		
Depreciação e amortização	10.684	669
Juros de arrendamentos	652	-
Juros sobre empréstimos e debêntures e variação monetária	85.152	34.262
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Contas a receber	(9.197)	(8.218)
Estoques	(751)	(2.760)
Despesas antecipadas	(738)	(351)
Outros ativos	(1.914)	(1.076)
Fornecedores	4.106	3.372
Outros passivos	(127)	4.767
Caixa líquido aplicado (consumido) nas atividades operacionais	<u>86.220</u>	<u>(1.864)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(2.152)	(10.304)
Aquisição de intangível	(118.160)	(444.697)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(120.312)</u>	<u>(455.001)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	5.000	50.000
Captação de empréstimos	220.000	190.000
Captação de debêntures	149.419	240.000
Pagamento de empréstimos	(190.000)	-
Pagamento de juros debêntures	(9.110)	-
Pagamento de juros empréstimos	(11.113)	-
Pagamento de instrumento financeiro	(30.843)	-
Pagamento de juros de arrendamento	(652)	-
Pagamento de principal dos arrendamentos	(4.505)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>128.196</u>	<u>480.000</u>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>94.104</u>	<u>23.135</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	23.135	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	117.239	23.135
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>94.104</u>	<u>23.135</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Verde Ambiental Alagoas S.A. (“Companhia”), é uma sociedade anônima de propósito específico, de capital fechado e possui como acionistas a CYMI Saneamento e Participações S.A. e Aviva Ambiental S.A., foi constituída em 14 de janeiro de 2022 e está domiciliada em União dos Palmares – AL. A Companhia tem por objeto social, específica e exclusivamente, a exploração da concessão de serviços públicos municipais de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário, nos municípios que compõem o Bloco C – Zona da Mata e Litoral Norte do Estado de Alagoas.

Em 8 de março de 2022 a Companhia assinou contrato de concessão de projeto de infraestrutura em serviços públicos no setor de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário em atendimento a concorrência pública nº 002/2021 do bloco C que compõe os municípios da Zona de Mata e Litoral Norte do Estado de Alagoas com prazo de concessão de 35 anos, assumindo a operação a partir de 1 de outubro de 2022.

Devido ao início de operação e os investimentos iniciais necessários, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2023, capital circulante líquido negativo de R\$551.599, com confirmação dos acionistas de prover aporte financeiro previsto no contrato de concessão, além disso a Companhia liquidou no primeiro trimestre de 2024 dívidas de curto prazo, transformando a dívida para investimentos em longo prazo, necessário para que a Companhia mantenha sua atividade operacional.

(a) Programa de Compliance

A Companhia, está comprometida em realizar todas as suas atividades com integridade e com os mais altos padrões éticos e de transparência, tomando por base o total cumprimento de todas as legislações e regulamentações, nacionais e internacionais aplicáveis, e adotando uma postura de tolerância zero a atos de corrupção, discriminação e comportamentos antiéticos.

Dessa forma, a Verde Ambiental Alagoas S.A., estabeleceu em sua governança corporativa a adoção de Políticas de Compliance, que determinam as diretrizes que devem orientar as relações internas e externas de todos os funcionários, administradores, diretores, conselheiros e acionistas. Tais Políticas visam consolidar todas as iniciativas para a promoção e o fortalecimento da cultura ética e da integridade e para a mitigação de riscos por meio de mecanismos de prevenção, detecção e resposta de atos ilícitos e indesejados.

A Verde Ambiental Alagoas S.A., está comprometida a obter a certificação ISO 37.001, que trata sobre o sistema de gestão antissuborno, reforçando mais uma vez a efetividade das Políticas de Compliance e das práticas antissuborno e anticorrupção adotados.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Informações gerais—Continuação

(b) Impacto ambiental, social e práticas de governança

A estratégia da Companhia está integrada com os princípios de sustentabilidade, assim como valores e princípios da Verde Alagoas que visam garantir segurança e proteção dos colaboradores, meio ambiente e comunidade atendida.

A Verde Ambiental Alagoas S.A. trabalha para melhorar as condições de acesso à água tratada e tratamento devido aos esgotos, vislumbrando a universalização dos sistemas em 5 e 10 anos respectivamente. O que corrobora com o Novo Marco Legal de Saneamento Básico, que estabelece metas com o acesso de 99% da população à água potável e 90% ao tratamento de esgotos, até 31 de dezembro de 2033.

2. Principais políticas contábeis

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as interpretações e as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (“IFRS”), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A Companhia preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de que continuará em operação futura. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Companhia.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2024.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de elaboração--Continuação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico, mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação--Continuação

Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

a) Mensuração do valor justo

O Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo e passivo;
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

As principais políticas contábeis adotadas estão descritas a seguir.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

2.4. Contas a receber e Receita de contrato com cliente

A Companhia está no ramo de saneamento através da prestação de serviço de captação, tratamento e distribuição de água e gestão de coleta e tratamento de esgoto em atendimento aos 27 municípios do Bloco C. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o serviço é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desse serviço.

Serviço de captação, tratamento e distribuição de água

A receita de serviço de captação, tratamento e distribuição de água é reconhecida quando se registra o consumo do cliente em intervalos de aproximadamente 30 dias de acordo com calendário e ciclos de leitura do hidrômetro instalado na localidade física indicada pelo cliente. O prazo normal de crédito é de 10 dias após a emissão e entrega da fatura ao cliente.

Não sendo possível a realização da leitura em determinado período, em decorrência de anormalidade no medidor ou impedimento de acesso ao mesmo, à apuração do volume consumido observará, na ordem, os seguintes critérios:

- Média aritmética dos consumos faturados nos últimos 180 (cento e oitenta) dias com medição normal.
- Caso ocorra impedimento de leitura para apuração do volume consumido em período superior a 180 (cento e oitenta) dias a média a ser utilizada será a última conhecida; e
- Volume equivalente ao consumo mínimo.

Serviço de gestão de coleta e tratamento de esgoto

A receita de coleta e tratamento de esgoto, se dá a partir da disponibilidade para o cliente de rede coletora de esgoto com separador absoluto ou rede mista, onde o faturamento representa 80% sob o valor faturado de água consumido pelo cliente.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Contas a receber e Receita de contrato com cliente--Continuação

Serviços complementares

A Companhia presta os serviços complementares que são executados e cobrados separadamente, mediante solicitação do cliente. São registrados no momento da emissão da fatura após o serviço ter sido efetivamente realizado e transferido ao cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito a receber.

Contas a receber de clientes

Um recebível é reconhecido se um valor de contraprestação que seja incondicional devido de um cliente (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido).

Passivos de reembolso

Um passivo de restituição é reconhecido pela obrigação de reembolsar total ou parcialmente a contraprestação recebida de um cliente antecipadamente. Os passivos de reembolso da Companhia podem dar origem ao direito de compensações e abatimentos.

Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As estimativas de perda estão reconhecidas com base em títulos vencidos acima do prazo de 180 dias para os segmentos Comercial, Industrial e Residencial. Quanto ao segmento público essa estimativa considera o prazo de atraso acima de 24 meses.

Reconhecimento da receita de construção

A Companhia reconhece a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos de serviços de construção prestados, apurando margem de lucro zero.

Reconhecimento de receitas - Estimativa da contraprestação por competência

A Companhia desenvolveu um modelo para estimar a previsão de receita consumida e não faturada dentro da competência, de forma que considera o cálculo pro rata por dia de consumo através do clico de faturamento do mês seguinte a fim de estimar o reconhecimento da receita a faturar.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Este custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado:

- Veículos: 5 anos
- Equipamentos de informática: 5 anos
- Máquinas e equipamentos: 10 anos
- Móveis e utensílios: 10 anos

A Companhia revisa o valor residual estimado e a esperada vida útil dos ativos ao menos anualmente. Em particular, a Companhia considera o impacto da saúde, segurança e legislação ambiental na avaliação do valor residual estimado e a esperada vida útil dos ativos. resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Ativo financeiro e ativo de contrato

A Companhia contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação ICPC 01 – Contratos de Concessão, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão, mediante indenização dos investimentos não amortizados à concessionária, caso aplicável. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo.

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela ICPC 01, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contratos de concessão e determinação da remuneração da prestação de serviços de melhoria ou construção como ativo intangível ou financeiro.

A Companhia reconhece o ativo de contrato enquanto esse ativo esta em construção e não é finalizado para uso. Com a sua finalização, esse ativo é reconhecido como ativo intangível por meio de transferência entre contas, pois é nesse momento que esse ativo está pronto para iniciar a sua amortização pela sua utilização.

2.7. Intangível

Ativos intangíveis são reconhecidos pelo preço de aquisição ou custo de produção. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04(R1) – Ativo Intangível.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Classes dos ativos intangíveis	Vida útil em anos
Contrato de concessão (outorga)	35 anos
Sistemas de abastecimentos de água	35 anos
Sistema de coleta de esgoto	35 anos
Software	5 a 35 anos

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Intangível--Continuação

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido aquando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Contrato de concessão classificados como intangível

Os contratos de concessão são reconhecidos conforme Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance.

A infraestrutura dentro do alcance do ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão, mediante indenização dos investimentos não amortizados à concessionária, caso aplicável. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Intangível--Continuação

A concessionária reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários o serviço público e não possui o direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

Em um contrato de concessão, a estimativa de vida útil é o período contado a partir de quando a entidade se torna apta a cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão.

2.8. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Classificação dos ativos e passivos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros.

2.8.Instrumentos financeiros--Continuação

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.7. Intangível--Continuação

Classificação dos ativos e passivos financeiros--Continuação

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Em geral, todos os outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas ("PCE") sobre investimentos em instrumentos da dívida mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, valores a receber de arrendamento, valores a receber de clientes e ativos de contrato, bem como contratos de garantia financeira.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Instrumentos financeiros

Para os instrumentos financeiros, a Companhia reconhece a PCE durante a vida útil quando há um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Porém, se o risco de crédito sobre o instrumento financeiro não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, o Grupo mensura a provisão para perdas para aquele instrumento financeiro em um valor correspondente à PCE do período de 12 meses. A PCE durante a vida útil representa as perdas de crédito esperadas decorrentes de qualquer evento de inadimplência possível durante a vida estimada de um instrumento financeiro. Por outro lado,

a PCE do período de 12 meses representa a parcela da PCE durante a vida útil que deve resultar dos eventos de inadimplência de um instrumento financeiro que sejam possíveis em um período de 12 meses após a data de relatório.

Baixa de ativos e passivos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os ativos de contrato aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade.

Se a Companhia não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e continua a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece sua parcela.

Baixa de ativos e passivos financeiros--Continuação

retida no ativo e um correspondente passivo em relação aos valores que a Companhia pode ter que pagar. Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios da

titularidade de um ativo transferido, a Companhia continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece ainda um empréstimo garantido em relação aos recursos recebidos.

A Companhia baixa um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando elas vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado.

A Companhia contabiliza a modificação substancial dos termos e as condições de um passivo existente, ou parte dele, como liquidação do passivo financeiro original e baixa do novo passivo.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.9. Tributos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser pago para as autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que a Companhia opera e gera lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social – diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.9. Tributos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social – diferidos--Continuação

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos, a Companhia confia em premissas de projeções usadas nas demonstrações financeiras e em outros relatórios da

administração, que, entre outras coisas, refletem o impacto potencial de assuntos relacionados ao clima nos negócios, como o aumento do custo de produção. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendam fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária:

(i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.10. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Companhia;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa e equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstrativo dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado como não circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção de contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos como não circulantes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.11. Arrendamentos

A companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.11. Arrendamentos—Continuação

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamentos recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

- Aluguel de imóveis 3 a 5 anos;
- Veículos automotores e outros equipamentos: 2 a 3 anos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.11. Arrendamentos—Continuação

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.12. Estoques

O estoque de produtos está distribuído por polos e são constituídos principalmente por materiais para uso e consumo em manutenção, consertos e investimentos nos sistemas de água e esgoto operados pela Companhia. São avaliados ao custo médio ou valor realizável líquido, dos dois, o menor.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.13. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Outras divulgações relacionadas a perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (exceto os indicados nesta Nota) estão disponíveis nas notas explicativas abaixo:

- Imobilizado - Nota 2.5
- Intangível - Nota 2.7

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2. Principais políticas contábeis--Continuação

2.14. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Novas normas e interpretações

3.1. Novas normas e interpretações

Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2023 Normas emitidas e vigentes

Na preparação das demonstrações financeiras, a Diretoria da Companhia considera, quando aplicável, as novas revisões e interpretações às IFRS e os pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não ocorreu nenhuma alteração que afetasse as demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor, tais com:

- IFRS 17 - Contratos de seguro;
- Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante;
- Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis;
- Alterações ao IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2*: Divulgação de políticas contábeis; e
- Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.

A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2023.

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Novas normas e interpretações--Continuação

3.1. Novas normas e interpretações--Continuação

algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Novas normas e interpretações--Continuação

3.1. Novas normas e interpretações--Continuação

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente revisitando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Novas normas e interpretações--Continuação

3.1. Novas normas e interpretações--Continuação

Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis)

Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Bancos e disponíveis rendem juros a taxas flutuantes baseadas em taxas diárias de depósitos bancários. Os depósitos a curto prazo são efetuados por períodos que variam de um dia a três meses, dependendo das necessidades imediatas de caixa da Companhia, rendendo juros de acordo com as respectivas taxas de depósito de curto prazo.

As aplicações financeiras são efetuadas por períodos que variam de acordo com as necessidades imediatas de caixa da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023 a rentabilidade média das aplicações financeiras era de até 103% do CDI.

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, o saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto dos seguintes saldos em 31 de dezembro:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Numerários em trânsito	426	237
Bancos conta movimento	1.581	1.556
Aplicações financeiras	115.232	21.342
	<u>117.239</u>	<u>23.135</u>

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

5. Contas a receber

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Clientes de abastecimento de água	14.642	4.715
Clientes e coleta de esgoto	2.058	755
Contas a receber a faturar	3.433	2.654
Perdas estimadas com liquidação duvidosa	(3.753)	-
Outros contas a receber	1.035	94
	<u>17.415</u>	<u>8.218</u>

Em 31 de dezembro de 2023, a análise do vencimento de saldo do contas a receber era:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Composição por vencimento		
A vencer	2.096	4.490
Vencidos		
Até 30 dias	4.395	2.702
De 31 a 60 dias	1.921	821
De 61 a 90 dias	1.307	205
Acima de 90 dias	7.696	-
	<u>17.415</u>	<u>8.218</u>

5. Contas a receber--Continuação

Em 31 de dezembro de 2023, a movimentação de perdas estimadas com liquidação duvidosa era:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Perdas estimadas com liquidação duvidosa		
Saldo Inicial	-	-
Provisão	(5.258)	-
Reversão	1.505	-
Saldo Final	<u>(3.753)</u>	<u>-</u>

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6. Estoques

	31/12/2023	31/12/2022
Polo União dos Palmares	2.388	2.385
Polo Taquarana	509	219
Polo Japaratinga	614	156
	3.511	2.760

Em 31 de dezembro de 2023, o estoque apresentou os saldos de materiais para uso e consumo aplicados na manutenção, conserto e investimentos nos sistemas de água e esgotamento sanitário operados pela Companhia. Estão avaliados ao custo médio ou ao seu valor realizável líquido, dos dois, o menor.

7. Despesas antecipadas

	31/12/2023	31/12/2022
Seguros a apropriar	282	289
Ass./anuidades a apropriar	7	7
Licenças de software	72	55
Gastos com financiamentos	727	-
	1.089	351

8. Imobilizado

	Veículos	Equipamentos de informática	Moveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias imóveis de terceiros	Total
<i>Custo</i>						
Em 14º de janeiro de 2022	-	-	-	-	-	-
Adições	6.170	1.168	1.165	1.305	496	10.304
Em 31 de dezembro de 2022	6.170	1.168	1.165	1.305	496	10.304
Adições	550	11	399	389	803	2.152
Em 31 de dezembro de 2023	6.720	1.179	1.564	1.694	1.299	12.456
Em 1º de janeiro de 2022	-	-	-	-	-	-
Despesa de depreciação no exercício	(461)	(95)	(58)	(43)	(1)	(658)
Em 31 de dezembro de 2022	(461)	(95)	(58)	(43)	(1)	(658)
Despesa de depreciação no exercício	(1.349)	(226)	(160)	(160)	(32)	(1.927)
Em 31 de dezembro de 2023	(1.810)	(321)	(218)	(203)	(33)	(2.585)
<i>Valor residual líquido</i>						
Em 31 de dezembro de 2023	4.910	858	1.346	1.491	1.266	9.871
Em 31 de dezembro de 2022	5.709	1.073	1.107	1.262	495	9.646

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos. A vida útil dos principais ativos é apresentada pelas taxas destacadas no item 2.5 de Políticas Contábeis de Imobilizado.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

9. Intangível

	Sistemas de abastecimento de água	Sistemas de coleta de esgoto	Hidrometria	Software	Marcas e patentes	Contrato de concessão	Total
Custo							
Em 14º de janeiro de 2022	-	-	-	-	-	-	-
Adições	768	54	-	424	6	443.445	444.697
Em 31 de dezembro de 2022	768	54	-	424	6	443.445	444.697
Adições	20.441	1.378	6.694	-	-	81.413	109.926
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	21.209	1.432	6.694	424	6	524.858	554.623
Em 1º de janeiro de 2022	-	-	-	-	-	-	-
Despesa de Amortização no exercício	(6)	-	-	(5)	-	-	(11)
Em 31 de dezembro de 2022	(6)	-	-	(5)	-	-	(11)
Despesa de Amortização no exercício	(70)	(5)	(248)	-	-	(3.805)	(4.128)
Em 31 de dezembro de 2023	(76)	(5)	(248)	(5)	-	(3.805)	(4.139)
Valor residual líquido							
Em 31 de dezembro de 2023	21.133	1.427	6.446	419	6	521.053	550.484
Em 31 de dezembro de 2022	762	54	-	419	6	443.445	444.685

Sistema de abastecimento de água e coleta de esgoto

Denominado bens reversíveis vinculados ao contrato de concessão, compreendem realização de investimentos em poços, estações de tratamento de água, reservatórios, redes de distribuição de água, estações elevatórias, redes de coletas de esgoto e estações de tratamento de esgoto distribuídas entre os 27 municípios do Estado de Alagoas operados pela Companhia.

Hidrometria

Denominado bens reversíveis vinculados ao contrato de concessão, compreendem realização de investimentos na modernização, substituição e padronização dos hidrômetros distribuídos entre os 27 municípios do Estado de Alagoas operados pela Companhia.

Contrato de concessão

Saldo em 31 de dezembro de 2023 é composto principalmente por R\$ 430.000 referente a pagamento de outorga do bloco C da concorrência pública nº 002/2021, mais R\$ 94.858 distribuídos entre custos com estudo técnico e capitalização dos juros com empréstimos durante o período de universalização de água e esgotamento sanitário.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

9. Intangível--Continuação

O valor dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 era de R\$81.413, segue movimentação:

	2023	2022
Saldo inicial	8.124	-
Adições	81.413	8.124
Baixas	-	-
Transferências	-	-
	89.537	8.124

A amortização é calculada com base no método sistemático pela curva de evolução da receita ao longo do prazo do contrato de concessão. A vida útil dos softwares e hidrometria é apresentada pela taxa destacada no quadro demonstrado item 2.7 Políticas Contábeis do Intangível.

10. Ativo de contrato

O ativo de contrato refere-se ao direito contratual da Companhia de receber caixa do poder concedente pelos serviços de construção do sistema de abastecimento e distribuição de água e tratamento de esgoto nas concessões plenas, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo.

Quando da conclusão da construção da infraestrutura, o ativo de contrato será classificado como ativo intangível.

A movimentação do ativo de contrato é como segue:

Relacionado ao intangível	2023	2022
Saldo inicial	-	-
Adições	8.234	-
Transferências	-	-
	8.234	-

11. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores nacionais	5.666	1.910
Fornecedores – provisão	1.812	1.462
	7.478	3.372

Os fornecedores nacionais não rendem juros e são geralmente liquidadas em prazos de até 30 dias.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

12. Empréstimos e debêntures

a) Composição

Instituições financeiras	Moeda	Vencimento	Taxa	31/12/2023	31/12/2022
Citibank (*)	USD	16/02/2024	CDI + 1,425%	230.748	210.807
Debêntures	BRL	10/01/2024	CDI + 0,990%	289.990	253.703
Debêntures	BRL	10/05/2024	CDI + 1,000%	157.256	-
(-) Custo de captação				(227)	(248)
Total de empréstimos e debêntures				677.767	464.262
Circulante				677.767	210.807
Não circulante				-	253.455
				677.797	464.262

(*) Esse empréstimo é denominado em dólar, e, juntamente com a contratação dos empréstimos, a Companhia contrata derivativos (Swap) para proteção cambial, conforme descrito na Nota 21.1.

Com o objetivo de financiar a realização de investimentos em CAPEX iniciais da concessão, em 15 de fevereiro de 2023 a Companhia celebrou junto ao agente fiduciário Vórtx e com garantias do Deutsche bank um contrato de distribuição para a segunda emissão de debêntures de curto prazo com vencimento em 15 de maio de 2024.

Foi integralmente liquidada de forma antecipada em 07 de março de 2024, a Companhia realizou o pagamento da debêntures junto ao agente fiduciário Vórtx, no valor total de R\$ 151.036.

As emissões de debêntures possuem alguns *covenants* contratuais não financeiros que foram devidamente cumpridos dentro dos prazos estabelecidos até a data de 31 de dezembro de 2023. São eles:

- Arquivamento na JUCEAL – Junta Comercial do Estado de Alagoas, da ATA da aprovação societária para emissão de debêntures;
- Arquivamento na JUCEAL – Junta Comercial do Estado de Alagoas, da escritura de emissão de debêntures;
- Apresentação ao agente fiduciário de declaração atestando a destinação dos recursos presentes na emissão das debêntures;
- Apresentação de cópia das demonstrações financeiras da Companhia auditadas (a cumprir);
- Formalização de contrato de garantias.

O custo de captação desses instrumentos financeiros gira em torno 110% do CDI.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

13. Arrendamento

No exercício findo em 31 dezembro de 2023, os ativos e passivos de arrendamento apresentaram as seguintes movimentações:

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Despesa</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.209	5.209	-
Adições (i)	5.166	5.166	-
Amortização	(4.629)	-	4.629
Pagamento de principal	-	(4.505)	-
Juros	-	652	652
Pagamento de juros	-	(652)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.746	5.870	5.281

(i) Refere-se ao enquadramento de novos contratos de locação de veículos no IFRS 16, com se segue:

Contrato	<u>31/12/2023</u>
Locação de veículos leves	1.546
Locação de caminhões pipa e hidrotrato	2.453
Locação de retroscavadeiras	1.167
Total de adições	5.166

As principais características e o saldo de arrendamentos são compostos da seguinte forma:

<u>Natureza do arrendamento</u>	<u>Data da contratação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Taxa a.a. (%)</u>	<u>Amortização mensal</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Aluguel de veículos	01/09/2022	01/11/2025	1,13	154	4.283	3.074
Aluguel de imóveis	01/04/2022	11/04/2027	1,13	39	1.587	2.135
Total					5.870	5.209
Circulante					3.958	2.332
Não circulante					1.912	2.877

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social integralizado e a integralizar da Companhia é de R\$ 55.000, dividido em 50.000 ações ordinárias, nominativas e no valor de R\$ 1,00 (um real) por ação.

A Companhia foi constituída em 14 de fevereiro de 2022 com subscrição inicial de 1, aprovada em Ata de Assembleia Geral de Constituição (AGC). Durante o exercício de 2022 ocorreu uma subscrição de capital no total de 49.999 ações, aprovada através de Reunião de Conselho de Administração (RCA) na data de 10 de fevereiro de 2022.

Em 06 de março de 2023 a Companhia realizou subscrição de capital no total de 5.000, aprovada através de Reunião de Conselho de Administração (RCA). Todas as subscrições foram divididas em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal no valor de R\$ 1,00 (um real) por ação.

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia é composto como se segue:

	%	31/12/2023	%	31/12/2022
Cymi Saneamento e Participações S.A.	90%	49.500	90%	45.000
Aviva Ambiental S.A.	10%	5.500	10%	5.000
	100%	55.000	100%	50.000

b) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo anual obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido do exercício, em conformidade com os artigos 193 a 198 da Lei nº 6.404/76.

A Companhia, seguindo a Legislação vigente, artigo 189 da Lei nº 6.404/76, apurou prejuízos no período de 14 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2023. Sendo assim não houve distribuição do resultado desde a constituição da Companhia.

c) Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social. Esta reserva deve ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não constituiu reserva legal em virtude da apuração de prejuízos no período de 14 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2023, conforme artigo 189 da Lei 6.404/76.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

15. Receita operacional líquida

A apresentação das receitas leva em consideração a política de reconhecimento de receitas estabelecida pela legislação fiscal, que não considera o conceito de transferência do controle estabelecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas internacionais de relatório financeiro. Abaixo é demonstrada a conciliação dessas receitas com as receitas de contrato com cliente divulgadas nestas demonstrações financeiras.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<i>Receita de contrato de clientes</i>		
Abastecimento de água	64.184	11.962
Coleta de Esgoto	11.777	1.816
Serviços complementares	1.411	112
Receita líquida tributável	77.372	13.890
Deduções tributárias das receitas	(7.389)	(1.088)
Receita líquida total	<u>69.983</u>	<u>12.802</u>

As receitas da Companhia estão sujeitas a determinados tributos e contribuições (apresentados acima em deduções das receitas), os quais são arrecadados em nome da autoridade fiscal e não resultam em aumento do patrimônio líquido da Companhia. Esses tributos e contribuições relacionam-se substancialmente a Programa de Integração Social (“PIS”) com alíquota de 1,65%, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”) sob alíquota de 7,6% e Taxa da Agência Reguladora de Serviço Público do Estado de Alagoas (“ARSAL”), sob alíquota de 0,5% do faturamento.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita de construção (*)	6.323	-
	<u>6.323</u>	<u>-</u>

(*) Receita de construção de acordo com o IFRIC12 / ICPC01 (R1).

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16. Custo do serviço prestado

	31/12/2023	31/12/2022
Compra da água	(18.876)	(4.348)
Pessoal	(16.603)	(4.866)
Serviços profissionais	(3.577)	(1.063)
Materiais	(6.190)	(636)
Energia	(4.773)	-
Aluguéis	(1.166)	-
Veículos	(2.216)	(399)
Depreciação e amortização	(8.487)	-
Outros custos	(786)	-
	(62.674)	(11.312)
	31/12/2023	31/12/2022
Custo de construção (i)	(6.323)	-
Custo Total	(68.997)	(11.312)

- (i) O custo de construção é composto, basicamente, por serviços de terceiros, mão de obra, materiais e outros custos necessários para formação da infraestrutura de investimentos previstos no contrato de concessão.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

17. Despesas operacionais

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Pessoal	(7.103)	(5.087)
Aluguel	(286)	(1.517)
Depreciação e amortização	(2.742)	(668)
Tributos, taxas e contribuições	-	(520)
Materiais	(250)	-
Informática	(651)	-
Energia	(105)	-
Telefonia	(145)	-
Internet	(191)	-
Seguros	(375)	(413)
Viagens	(231)	(303)
Outras despesas	(337)	(833)
Total – Despesas Gerais e Administrativas	12.416	(9.341)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Serviços advocatícios	(422)	(167)
Assessoria e consultoria	(385)	(256)
Limpeza e conservação	(648)	(182)
Fretes e carretos	-	(262)
Informática	-	(115)
Outros serviços PJ	-	(347)
Recrutamento e seleção	(141)	(831)
Propaganda e publicidade	(151)	(491)
Serviços de auditorias	(210)	-
Organização de festas e eventos	(113)	-
Outras despesas	(165)	(128)
Total – Serviço de terceiros	(2.235)	(2.779)

18. Resultado financeiro

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Rendimento de aplicação financeira, líquido	14.490	4.805
Outras receitas financeiras	1.346	71
Receita financeira	15.836	4.876
Tarifas bancárias	(1.918)	(299)
Juros sobre empréstimos e debêntures	(68.080)	(9.169)
Juros arrendamentos	(652)	-
Variação cambial	(17.072)	(17.216)
(-) Capitalização dos Juros – CPC20	81.413	-
Outras despesas financeiras	(402)	(91)
Despesa financeira	(6.711)	(26.775)
Resultado financeiro líquido	9.125	(21.899)

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

19. Imposto de renda e contribuição social diferido

Natureza	31/12/2022	31/12/2023	
		Reconhecido no resultado	Total
Perdas estimadas com liquidação duvidosa	-	1.166	1.166
Provisão para contingências	-	5	5
Prejuízo fiscal/Base negativa	8.252	31.587	39.838
Total do ativo fiscal diferido	8.252	32.758	41.009
Capitalização de juros	-	22.964	22.964
Amortização pela curva da receita	-	8.268	8.268
Total do passivo fiscal diferido	-	31.232	31.232
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.252	1.526	9.778

A Diretoria, aprovou reconhecimento de ativos fiscais diferidos com base na projeção de lucros tributáveis futuros da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui prejuízos fiscais gerados no Brasil, no valor de R\$84.717 reconhecidos nas apurações fiscais e passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros.

As diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos foram reconhecidos com relação a esses itens, pois é provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes. A utilização dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa são limitados a 30% do lucro fiscal do exercício em que este será utilizado. Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido, existente em 31 de dezembro de 2023 dentro dos próximos 10 anos.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia.

a) Gerenciamento de riscos

Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito.
- Risco de liquidez.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e subsidiárias. A Companhia e subsidiárias, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações.

i) *Risco de crédito*

A Companhia detém caixa e equivalentes de caixa mantidos com bancos e instituições financeiras, os quais possuem *ratings*, classificados pelas mais renomadas agências internacionais, entre alta qualidade e mais alta qualidade.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito no final do período de relatório é apresentada a seguir:

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa	4	117.239	23.135

ii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

b) Classificação dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela com o valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia:

	<u>Categoria</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Caixa e equivalentes de caixa	(A)	117.239	23.135
Fornecedores	(B)	7.478	3.372
Instrumento financeiro derivativo	(A)	230.748	210.807
Debêntures	(B)	447.246	253.703

(A) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

(B) Custo amortizado

A Administração avaliou o valor justo dos instrumentos financeiros acima e não os divulgou, pois são razoavelmente próximos aos seus valores contábeis.

c) Hierarquia de valor justo

O conceito de “valor justo” prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, no caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3, com base no grau em que o seu valor justo é cotado:

- i) Nível 1: a mensuração do valor justo utiliza preços cotados (não corrigidos) nos mercados ativos, com base em ativos e passivos idênticos.
- ii) Nível 2: a mensuração do valor justo é derivada de outros insumos cotados incluídos no Nível 1, que são cotados através de um ativo ou passivo, quer diretamente (ou seja, como os preços) ou indiretamente (ou seja, derivada de preços).
- iii) Nível 3: a mensuração do valor justo é derivada de técnicas de avaliação que incluem um ativo ou passivo que não possui mercado ativo.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Hierarquia de valor justo--Continuação

A Companhia detém instrumentos financeiros qualificados no nível 1, correspondentes a depósitos bancários no montante de R\$117.239, em 31 de dezembro de 2023. Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo em 31 de dezembro de 2023.

20.1 Instrumentos financeiros derivativos

Conforme citado anteriormente, a companhia toma empréstimos em moeda estrangeira e celebra contratos de SWAP, para efetuar a troca de exposição do Dólar mais spread por uma taxa pré-fixada em Reais. Esses derivativos não são designados como hedges, sendo celebrados por períodos consistentes com as exposições da transação em moeda. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui os seguintes derivativos em aberto:

<u>Derivativo</u>	<u>Data da contratação</u>	<u>Data do vencimento</u>	<u>Valor de referência (nacional) – R\$</u>	<u>Valor justo ativo (R\$)</u>
Swap Citibank	17/02/2023	16/02/2024	230.747	231.163
			230.747	231.163

Foi integralmente liquidado em 16 de fevereiro de 2024, a Companhia realizou o pagamento integral do empréstimo mantido junto ao Banco Citibank, no valor total de R\$216.197.

21. Seguros

A Companhia mantém a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, obras de construção civil, instalação e montagem relacionados aos seus ativos operacionais, especificamente associados ao segmento saneamento básico. Os seguros contratados possuem cobertura sobre responsabilidade civil, danos materiais, entre outros. A cobertura em 31 de dezembro de 2023 está apresentada abaixo:

	Seguradora	Vigência		Garantia assegurada	Prêmio
		Início	Final		
Responsabilidade civil	AIG Seguros	12/04/2023	11/04/2024	33.248	212
Garantia Contratual	JNS Seguros (i)	07/03/2023	06/03/2024	87.881	88
Riscos operacionais	AXA Seguros	29/09/2022	28/09/2024	65.000	224
Risco Engenharia	AXA Seguros	01/09/2023	30/12/2024	24.480	30
Risco Engenharia	AXA Seguros	31/12/2023	30/12/2025	69.512	79
Veículos	Sura Seguros	04/02/2023	03/02/2024	1.080	170

(i) Em 07 de março de 2024 a Companhia renovou o seguro garantia através da apólice de seguro coma EZZE Seguros no valor de R\$ 82.314.

Verde Ambiental Alagoas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

22 Eventos subsequentes

Terceira emissão de debêntures

Em 10 de janeiro de 2024, foi aprovada a emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, no valor total de R\$ 230.000 com vencimento em 08 de janeiro de 2025. As debêntures têm juros remuneratórios de 100% da variação acumulada da Taxa CDI, acrescido de spread equivalente a 0,70% ao ano.

Quarta emissão de debêntures

Em 06 de março de 2024, foi aprovada a emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, no valor total de R\$ 400.000 com vencimento em 15 de março de 2049. O valor nominal unitário das debêntures será atualizado monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e incidirão juros remuneratórios prefixados correspondentes a 6,70% ao ano. Vale ressaltar se tratar de uma operação financeira com a certificação Green Bonds, que conceitua a Verde Alagoas como empresa comprometida com as boas práticas sociais, ambientais e de governança.

* * *

Dalmo Silva de Almeida
**Diretor Administrativo e
Financeiro**

Leandro Fonseca de Souza
**Contador Responsável
CRC 034406/O-3**